



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, produzidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

No semestre o BERJ registrou Lucro Líquido de R\$ 952,4 milhões, contabilizando um Patrimônio Líquido de R\$ 53,3 bilhões e Ativos Totais no montante de R\$ 77,9 bilhões.

A Instituição declara, também, em atendimento aos termos do Artigo 11º, do Regulamento Anexo à Resolução nº 4.122/12, do Conselho Monetário Nacional, que as operações da Instituição estão sendo adequadas para consecução dos objetivos estratégicos definidos no Plano de Negócios submetido e aprovado pelo Banco Central do Brasil.

Atenciosamente,
Rio de Janeiro, RJ, 29 de julho de 2015.
Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
	2015	2014		2015	2014
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	51.593.587	7.194.735	CIRCULANTE	23.633.182	21.725.457
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	51	54	DEPÓSITOS (Nota 13a)	-	1.754.348
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	45.696.031	1.413.362	Depósitos Interfinanceiros	-	1.754.348
Aplicações no Mercado Aberto	573.590	1.413.362	OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS (Nota 13b)	22.388.035	18.599.637
Depósitos Interfinanceiros	45.122.441	-	Carteira Própria	22.388.035	18.599.637
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	5.216.249	4.323.458	OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	1.272	1.258
DERIVATIVOS (Nota 6)	5.216.249	4.323.458	Outras Instituições	1.272	1.258
Carteira Própria	3.425.219	2.534.407	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.243.875	1.370.214
Vinculados a Operações Compromissadas	1.734.845	1.720.143	Sociais e Estatutárias	873.109	191.631
Vinculados à Prestação de Garantias	56.185	68.908	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	344.023	1.150.737
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	15	-	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.250	1.236
Transferência Interna de Recursos	15	-	Diversas (Nota 15b)	25.493	26.610
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	303.114	288.578			
Operações de Crédito - Setor Privado	304.637	290.028	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	997.934	129.657
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.523)	(1.450)	OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS - INSTITUIÇÕES		
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	373.131	1.125.148	OUTRAS OBRIGAÇÕES	997.934	129.657
Rendas a Receber	19.399	19.681	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	894.857	33.896
Diversos	354.891	1.106.350	Diversas (Nota 15b)	103.077	95.761
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.159)	(883)			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	4.996	44.135	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	53.291.551	52.842.180
Outros Valores e Bens	104.794	176.925	Capital:		
Provisões para Desvalorizações	(99.798)	(132.790)	- De Domiciliados no País	52.156.095	52.288.489
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	25.979.597	67.115.780	Reservas de Lucros	863.138	615.237
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	-	43.615.832	Ajustes de Avaliação Patrimonial	272.318	(61.546)
Depósitos Interfinanceiros	-	43.615.832			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS	23.508.822	21.264.579			
DERIVATIVOS (Nota 6)	23.508.822	21.264.579			
Carteira Própria	2.354.003	3.840.447			
Vinculados a Operações Compromissadas	21.097.205	17.372.563			
Vinculados à Prestação de Garantias	9.599	-			
Moedas de Privatização	48.015	51.569			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	1.003.982	1.370.493			
Operações de Crédito - Setor Privado	1.009.027	1.377.380			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(5.045)	(6.887)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	1.466.793	864.876			
Rendas a Receber	14	-			
Diversos	1.479.946	870.360			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(13.167)	(5.484)			
PERMANENTE	349.483	386.779			
INVESTIMENTOS	348.491	316.420			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País (Nota 10)	348.156	316.085			
Outros Investimentos	3.175	3.175			
Provisões para Perdas	(2.840)	(2.840)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 11)	571	69.904			
Imóveis de Uso	-	26.823			
Reavaliações de Imóveis de Uso	-	93.050			
Outras Imobilizações de Uso	723	597			
Depreciações Acumuladas	(152)	(50.566)			
INTANGÍVEL (Nota 12)	421	455			
Outros Ativos Intangíveis	523	482			
Amortizações Acumuladas	(102)	(27)			
TOTAL	77.922.667	74.697.294	TOTAL	77.922.667	74.697.294

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2015	2014		Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Totais
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.767.126	3.991.559	Eventos					
Operações de Crédito	103.201	100.078	Saldos em 31.12.2013	50.227.315	-	(44.506)	(953.500)	49.229.309
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6d)	4.663.925	3.891.481	Aumento de Capital por Incorporação	2.061.174	-	-	-	2.061.174
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.127.205	961.107	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(17.535)	495	(17.040)
Operações de Captações no Mercado (Notas 13a e b)	3.128.123	954.289	Lucro Líquido	-	-	-	-	1.760.368
Operações de Empréstimos e Repasses	16	8	Destinações: - Reservas	-	40.343	574.894	-	(615.237)
Provisão/(Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	(934)	6.810	- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(191.631)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.639.921	3.030.452	Saldos em 30.6.2014	52.288.489	40.343	574.894	(62.041)	495
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(137.800)	(126.979)	Saldos em 31.12.2014	52.288.489	136.191	1.940.721	(62.068)	497
Despesas de Pessoal (Nota 17)	(6.256)	(5.529)	Redução de Capital por Cisão	(132.394)	-	-	-	(132.394)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18)	(7.170)	(6.101)	Dividendos Declarados - RD 27.2.2015	-	(1.940.000)	-	-	(1.940.000)
Despesas Tributárias (Nota 19)	(119.842)	(145.541)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	334.058	(169)	333.889
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10)	11.132	13.350	Lucro Líquido	-	-	-	-	952.428
Outras Receitas Operacionais (Nota 20)	70.478	47.358	Destinações: - Reservas	-	47.621	678.605	-	(726.226)
Outras Despesas Operacionais (Nota 21)	(86.142)	(30.516)	- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(226.202)
RESULTADO OPERACIONAL	1.502.121	2.903.473	Saldos em 30.6.2015	52.156.095	183.812	679.326	271.990	328
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 22)	59.455	14.644						
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.561.576	2.918.117						
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24)	(609.148)	(1.157.749)						
LUCRO LÍQUIDO	952.428	1.760.368						
Número de ações (Nota 16a)	155.463	155.463						
Lucro por ação em R\$	6.126,40	11.323,39						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
	2015	2014	Descrição	2015	%	2014	%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			1 - RECEITAS	4.811.851	285,1	4.016.235	130,8
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.561.576	2.918.117	1.1) Intermediação Financeira	4.767.126	282,4	3.991.559	130,0
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(40.913)	141.788	1.2) Reversão/(Provisão) para Devedores Duvidosos	934	0,1	(6.810)	(0,2)
(Reversão)/Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(934)	6.810	1.3) Outras	43.791	2,6	31.486	1,0
Depreciações e Amortizações	88	476	2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.128.139)	(185,3)	(954.297)	(31,0)
Provisão por Desvalorização de Ativos	(49.196)	(2.973)	3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(6.826)	(0,3)	(5.366)	(0,2)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(11.132)	(13.350)	Serviços Técnicos Especializados	(3.816)	(0,2)	(1.691)	(0,1)
Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	29.261	155.864	Condomínios	(1.126)	(0,1)	(1.187)	(0,1)
Ganho na Alienação de Bens Não de Uso Próprio	(9.000)	(5.045)	Serviços de Terceiros	(624)	-	(695)	-
Perda na Alienação de Bens do Imobilizado	-	6	Manutenção e Conservação de Bens	(386)	-	(636)	-
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.520.663	3.059.905	Sistema Financeiro	(379)	-	(337)	-
Variação de Ativos e Obrigações	1.261.334	2.560.891	Propaganda, Publicidade e Publicações	(203)	-	(262)	-
Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.515.044	1.653	Outros	(292)	-	(558)	-
Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros	-	-	4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	1.676.886	99,5	3.056.572	99,6
Derivativos	468.843	2.957.517	5 - DEPRECIações, AMORTIZAções ...	(88)	-	(476)	-
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(15)	1	6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	1.676.798	99,5	3.056.096	99,6
Redução em Operações de Crédito	210.320	3.087	7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	11.132	0,5	13.350	0,4
(Aumento) em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(22.320)	(27.958)	Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11.132	0,5	13.350	0,4
Aumento em Captações no Mercado Aberto	-	182.471	8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	1.687.930	100,0	3.069.446	100,0
Aumento/(Redução) em Depósitos	(1.404.053)	1.754.348	9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.687.930	100,0	3.069.446	100,0
Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	8	4	9.1) Pessoal	5.688	0,3	4.973	0,2
Aumento em Obrigações por Operações Compromissadas	1.908.089	-	Proventos	2.337	0,1	2.094	0,1
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	234.391	(1.729.309)	Benefícios	3.017	0,2	2.518	0,1
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.648.973)	(580.923)	FGTS	85	-	86	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	2.781.997	5.620.796	Outros	249	-	275	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	729.558	43,3	1.303.846	42,5
(Aumento) em Títulos Disponíveis para Venda	(469.617)	(4.872.825)	Federal	727.636	43,2	1.302.355	42,4
Aquisição de Imobilizado de Uso	(119)	(185)	Municipal	1.922	0,1	1.491	0,1
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(465)	-	9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	256	-	259	-
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	13.249	9.356	Aluguéis	256	-	259	-
Aquisição de Intangível	(19)	(194)	9.4) Remuneração de Capitais Próprios	952.428	56,4	1.760.368	57,3
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	254	172	Dividendos	226.202	13,4	191.631	6,2
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(456.717)	(4.863.676)	Lucros Retidos	726.226	43,0	1.568.737	51,1
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:							
Dividendos Pagos	(1.940.000)	(1.005)					
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	(1.940.000)	(1.005)					
Aumento Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	385.280	756.115					
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	638.818	657.038					
Caixa e Equivalentes de Caixa - Empresa Incorporada	-	263					
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1.024.098	1.413.416					
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	385.280	756.115					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco BERJ S.A. (BERJ ou Instituição), instituição financeira integrante da Organização Bradesco, tem por objetivo a realização de quaisquer operações bancárias e de prestação de serviços que sejam permitidas pela legislação e regulamentos, pertinentes às instituições de sua espécie, ou autorizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen), inclusive a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às carteiras autorizadas: carteira de arrendamento mercantil, carteira comercial, carteira de crédito imobiliário (todas as regiões), carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor, podendo, igualmente, o Banco participar de outras sociedades. O BERJ é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovada a incorporação da Alvorada Cartões, Crédito Financiamento e Investimento S.A., conforme firmado no "Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação entre o Banco Bradesco BERJ S.A. e Alvorada Cartões, Crédito, Financiamento e Investimento S.A." visando promover a reorganização societária, com a absorção e centralização do negócio de cartões de crédito, racionalizando e, conseqüentemente, reduzindo a estrutura societária, os custos operacionais, administrativos e legais. A incorporação ocorreu em 30 de abril de 2014, utilizando como base Balanços Patrimoniais específicos levantados em 31 de março de 2014 pelas Sociedades envolvidas. A operação foi homologada pelo Banco Central do Brasil (Bacen) em 12 de dezembro de 2014.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para fins de contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen. Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros e outras provisões, quando aplicável. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 29 de julho de 2015.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrua*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajuste a valor de mercado dos títulos e valores imobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversões das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite

de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 24.

h) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

i) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano e móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano e sistemas de processamento de dados - de 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

k) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

l) Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentadas na Nota 14.

n) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional	51	54
Total de disponibilidades (caixa)	51	54
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.024.047	1.413.362
Total caixa e equivalentes de caixa	1.024.098	1.413.416

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 5 anos	2015

Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada						
- Letras do tesouro nacional	573.590	-	-	-	573.590	1.413.362
Aplicações em depósitos interfinanceiros						
- Aplicações em depósitos interfinanceiros ...	-	2.670.503	42.451.938	-	45.122.441	43.615.832
Total em 2015	573.590	2.670.503	42.451.938	-	45.696.031	-
%	1,3	5,8	92,9	-	100,0	-
Total em 2014	1.413.362	-	-	43.615.832	45.029.194	100,0
%	3,1	-	-	96,9	-	-

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	24.986	26.600
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	2.647.231	2.434.036
Total (Nota 6d)	2.672.217	2.460.636

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por título

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil				
	2015	2014			
	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos públicos	75.772	113.799	9.713	125.430	10.678
Letras financeiras do tesouro	27.757	65.784	(20)	73.861	(15)
Moedas de privatização	48.015	48.015	9.733	51.569	10.693
Títulos privados	1.613.627	24.507.384	463.954	25.462.607	(119.006)
Debêntures	1.339.025	24.407.321	26.953.794	26.498.687	24.135.695
Notas promissórias	289.933	-	858.451	852.312	983.766
Fundos de investimento	-	-	639.096	639.096	343.141
Letras financeiras	29.155	23.729	159.931	157.223	-
Ações	-	-	-	-	5
Total em 2015	832.148	1.696.140	24.583.156	28.725.071	28.251.404
Total em 2014	560.076	1.617.378	22.333.299	473.667	25.588.037

b) Classificação por categorias e prazos

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil				
	2015	2014			
	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos para negociação (2)	179.414	297.544	20.352	1.773.149	(4.926)
Letras financeiras do tesouro	-	38.027	(20)	73.861	(15)
Debêntures (3)	-	-	18.170	1.202.542	(4.535)
Letras financeiras	6.984	29.155	1.814	-	-
Notas promissórias	-	230.362	388	153.605	(376)
Fundos de investimento	172.430	-	-	343.141	-

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Títulos	Em 30 de junho - R\$ mil								
	2015			2014			2014		
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado
Títulos disponíveis para venda:	652.734	1.398.596	1.589.898	23.508.822	27.150.050	26.696.735	453.315	23.814.888	(103.402)
Debêntures (3)	186.068	1.339.025	1.021.380	23.403.445	25.949.918	25.512.981	436.937	22.933.153	(106.025)
Letras financeiras	-	-	-	57.362	57.362	56.468	894	-	-
Fundos de investimento	466.666	-	-	-	466.666	466.666	-	-	-
Moedas de privatização	-	-	-	48.015	48.015	38.282	9.733	51.569	10.693
Notas promissórias	-	59.571	568.518	-	628.089	622.338	5.751	830.161	(8.075)
Ações	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Total em 2015	832.148	1.696.140	1.613.627	24.583.156	28.725.071	28.251.404	473.667	25.588.037	(108.328)
Total em 2014	560.076	1.617.378	1.077.284	22.333.299					

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(3) Em 30 de junho de 2014, foram reclassificados R\$ 1.656.698 mil da categoria "Títulos para Negociação" para a categoria "Títulos Disponíveis para Venda".

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014.

d) Resultados com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	2.672.217	2.460.636
Títulos de renda fixa	1.991.708	1.430.845
Total	4.663.925	3.891.481

7) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal							Em 30 de junho - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2015 (A)	%	2014 (A)	%
Empréstimos e títulos descontados	16.871	18.799	18.618	59.027	191.322	1.009.027	1.313.664	99,5	1.667.408	99,7
Outros créditos	836	383	216	584	820	4.392	7.231	0,5	4.575	0,3
Total em 2015	17.707	19.182	18.834	59.611	192.142	1.013.419	1.320.895	100,0		
Total em 2014	16.870	19.094	18.407	61.541	177.439	1.378.632			1.671.983	100,0

Operações de crédito	Curso anormal					Em 30 de junho - R\$ mil			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	2015 (B)	%	2014 (B)	%
Empréstimos e títulos descontados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros créditos	101	85	83	119	439	827	100,0	466	100,0
Total em 2015	101	85	83	119	439	827	100,0		
Total em 2014	54	38	42	164	168			466	100,0

Operações de crédito	Curso anormal						Em 30 de junho - R\$ mil							
	Parcelas vincendas			Parcelas vencidas			Total geral (A+B+C)							
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2015 (C)	%	2014 (C)	%	2015	%	2014	%
Empréstimos e títulos descontados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.313.664	99,4	1.667.408	99,7
Outros créditos	98	97	95	226	153	163	832	100,0	783	100,0	8.890	0,6	5.824	0,3
Total em 2015	98	97	95	226	153	163	832	100,0			1.322.554	100,0		
Total em 2014	59	57	60	136	215	256			783	100,0			1.673.232	100,0

b) Composição das operações de créditos, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Níveis de risco	Saldo da carteira						Provisão						Provisão mínima requerida
	Curso normal	Curso anormal		Total	%	Específica		Genérica	Total	%	Total	%	
		Vencidas	Vincendas			Vencidas	Vincendas						
A	1.314.376	-	-	1.314.376	99,4	-	-	6.572	6.572	0,5	-	-	
B	315	2	33	350	-	-	-	3	3	1,0	-	-	
C	6.204	16	122	6.342	0,5	1	3	186	190	3,0	-	-	
D	-	121	277	398	-	12	28	-	40	10,0	-	-	
E	-	11	22	33	-	3	7	-	10	30,0	-	-	
G	-	17	41	58	-	12	29	-	41	70,0	-	-	
H	-	660	337	997	0,1	660	337	-	997	100,0	-	-	
Total em 2015	1.320.895	827	832	1.322.554	100,0	688	404	6.761	7.853				
Total em 2014	1.671.983	466	783	1.673.232	100,0	422	398	8.432	9.252				

c) Setor de atividade econômica

Setor privado	Em 30 de junho - R\$ mil				Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	%	2014	%	2015	2014
Serviços	1.317.633	99,6	1.667.735	99,7		
Holdings, atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial	64.199	4,9	97.754	5,8	Provisão para outros créditos	(1.285)
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços	1.173.829	88,7	1.418.448	84,8	Com característica de concessão de crédito (Nota 7)	(13.041)
Construção civil	79.605	6,0	151.533	9,1	Sem característica de concessão de crédito	(14.326)
Pessoa física	4.921	0,4	5.497	0,3	Total de outros créditos	1.839.924
Total	1.322.554	100,0	1.673.232	100,0	Total de outros créditos	1.990.024

(1) Inclui: (i) Precatórios emitidos pela União, no montante de R\$ 242.102 mil (2014 - R\$ 287.478 mil), deduzido das parcelas depositadas e não liberadas, de 2010 a 2014. O Conselho da Justiça Federal, por meio do Despacho nº CIF - DES 2014/11121, de 28 de novembro de 2014, recomendou a suspensão do pagamento dos precatórios parcelados; (ii) Precatórios emitidos pelo Estado do Paraná, no valor de R\$ 2.517 mil (2014 - R\$ 2.517 mil), com provisão de 100% para perda; (iii) Desapropriações a receber, no valor de R\$ 83 mil (2014 - R\$ 83 mil);

(2) Corresponde a: (i) depósitos judiciais e recursais realizados em ações judiciais trabalhistas em curso, no valor de R\$ 10.445 mil (2014 - R\$ 7.927 mil); (ii) registro de títulos públicos depositados em juízo, como garantia de eventuais contingências cíveis, de R\$ 9.990 mil (2014 - R\$ 9.183 mil); (iii) parcelas dos precatórios emitidos pela União, depositadas em favor do BERJ e bloqueadas pelo Juízo, no montante de R\$ 137.764 mil (2014 - 90.470 mil); (iv) valores depositados à disposição do Juízo para garantia de ações judiciais cíveis impetradas contra o BERJ, os quais estão líquidos das provisões para perdas, no valor de R\$ 20.458 mil (2014 - R\$ 13.489 mil), sendo R\$ 3.917 mil oriundos da incorporada Alvorada CCFI; (v) Depósitos Judiciais e atualização do PIS e COFINS a recolher, competências de outubro de 2012 a dezembro 2014, no valor de R\$ 606.287 mil (2014 - R\$ 371.745 mil), sob contestação, conforme Mandado de Segurança nº 0047693-88.2012.4.02.5101 impetrado em novembro de 2012; e (vi) Outros depósitos judiciais em garantia de recursos fiscais, oriundos da empresa incorporada Alvorada CCFI, no valor de R\$ 152.528 mil (2014 - R\$ 141.618 mil);

(3) Refere-se a: (i) Pagamento de débitos previdenciários, tributários e de contingências cíveis passíveis de reembolso da Conta Garantidora denominada Conta B1, no valor de R\$ 46.442 mil (2014 - R\$ 1.609 mil). O aumento no período foi decorrente da transferência do montante correspondente às diferenças de atualização incidentes sobre as parcelas liberadas em 2014, ainda não pagas pela União, no valor de R\$ 39.391 mil; e (ii) Outros indébitos tributários, no valor de R\$ 105.763 mil (2014 - R\$ 132.013 mil), sendo R\$ 88.601 mil, procedente da empresa incorporada Alvorada CCFI; e

(4) Refere-se a valores a receber decorrentes da alienação a prazo dos imóveis não de uso (Nota 7).

(1) Inclui R\$ 1.285 mil (2014 - R\$ 915 mil) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 8);
(2) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias; e
(3) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e portanto, não enquadradas no item anterior.

8) OUTROS CRÉDITOS

Rendas a receber	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Dividendos e bonificações a receber	19.413	19.681
Outras rendas a receber	18.185	18.183
Total	1.228	1.498

Diversos	Em 30 de junho - R\$ mil		Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014	2015	2014
Títulos e créditos a receber (1)	244.702	290.078		
Devedores por depósitos em garantia (2)	937.472	634.432		
Impostos e contribuições a compensar	13.779	14.420		
Pagamentos a ressarcir (3)	152.205	133.621		
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 24c)	476.053	895.525		
Devedores por compra de valores e bens (4)	8.890	5.824		
Outros	1.736	2.810		
Subtotal de outros créditos - diversos	1.834.837	1.976.710		

(1) Em 31 de janeiro de 2015, foram transferidos imóveis para Trenton Empreendimentos e Participações Ltda., no valor de R\$ 63.214 mil, mediante cisão, pelo valor contábil.

10) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participação em coligadas e controladas":

Empresas	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social % (2)	Lucro líquido/ (prejuízo)	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas			2015	2014	2015	2014
BEC - DTVM Ltda.	23.500	45.047	-	23.499	99,999996	1.503	45.033	42.188	1.503	591
Serel Participações em Imóveis S.A.	260.000	1.763.416	1.640	-	11,356734	69.954	196.899	181.493	7.945	3.431
Tapajós Holdings Ltda.	413.433	852.267	-	24.836	6,007407	80.360	51.521	42.680	4.828	1.984
Caeté Holdings Ltda.	162.000	630.009	-	304	0,755776	119.515	4.768	3.049	903	385
Marselha Holdings Ltda.	247.300	489.773	-	101	0,054640	24.332	268	226	13	(9)
Empresa Brasileira de Soldas Elétricas S.A. - EBSE (3)	66.980	72.782	4.900	-	49,000000	(8.286)	35.663	32.445	(4.060)	6.968
Tecnologia Bancária S.A. (4)	-	-	-	-	-	-	14.004	14.004	-	-
Total geral							348.156	316.085	11.132	13.350

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis;

(2) Investimentos com participações inferiores a 20%, entretanto foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial por serem as investidas integralmente controladas pela Organização Bradesco;

(3) Para fins de Equivalência Patrimonial foi considerado o Balanço Patrimonial de 30 de abril de 2015 (2014 - Balanço Patrimonial de 30 de abril de 2014); e

(4) Investimento na Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN - não avaliado pelo método de equivalência patrimonial em decorrência das alterações estabelecidas pela Resolução nº 3.619/08 do CMN.

continua...

...continuação



Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11) IMOBILIZADO DE USO

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	Taxas	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2015	2014
Imóveis de uso: (1)					
- Edificações.....	4%	-	-	-	5.244
- Terrenos.....	-	-	-	-	64.138
Instalações, móveis e equipamentos.....	10%	118	(31)	87	99
Sistema de comunicação e processamento de dados.....	20%	125	(49)	76	100
Benefetórias.....	-	480	(72)	408	323
Total em 2015.....		723	(152)	571	
Total em 2014.....		120.470	(50.566)	69.904	

(1) Em 31 de janeiro de 2015, foram transferidos imóveis para Trenton Empreendimentos e Participações Ltda., no valor de R\$ 69.180 mil, mediante cisão, pelo valor contábil.

12) INTANGÍVEL

	Em 30 de junho - R\$ mil				
	Taxas	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2015	2014
Outros ativos intangíveis (1).....	20%	523	(102)	421	455
Total em 2015.....		523	(102)	421	
Total em 2014.....		482	(27)	455	

(1) Software adquirido e/ou desenvolvido por empresas especializadas.

13) CAPTAÇÕES

a) Depósitos interfinanceiros

Não há captações de depósitos interfinanceiros em 30 de junho de 2015 (2014 - R\$ 1.754.348 mil) e as despesas de captação somaram R\$ 1.855.427 mil (2014 - R\$ 18.764 mil).

b) Obrigações por operações compromissadas

Em 30 de junho de 2015, correspondia a operações lastreadas com Debêntures, registradas em "Recompras a Liquidar - Carteira Própria", no montante de R\$ 22.388.035 mil (2014 - R\$ 18.599.637 mil), e as despesas de captação somaram R\$ 1.272.696 mil (2014 - R\$ 935.525 mil).

14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

A principal tese é do PIS e da COFINS no montante de R\$ 606.113 mil (2014 - R\$ 395.914 mil); pleiteia calcular e recolher o PIS e a COFINS sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da LC 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de Faturamento.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)	Total
Saldo no início do 1º semestre de 2015.....	2.146	96.171	620.406	
Atualização monetária.....	23	228	30.082	
Constituições líquidas de reversões e baixas.....	(52)	(252)	(768)	
Saldo no final do 1º semestre de 2015 (Nota 15)	2.117	96.147	649.720	
Saldo no final do 1º semestre de 2014 (Nota 15)	1.477	93.874	440.298	

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis - responsabilidades

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Entretanto, em consequência das regras definidas para fins de privatização do BERJ, conforme cláusula 7.2.1.2 do Edital de Venda das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. - em Liquidação, o Estado do Rio de Janeiro, na qualidade de alienante das ações, responde perante este BERJ e o Bradesco (Novo Controlador), sem direito de regresso, por todas as contingências, inclusive fiscais, trabalhistas, previdenciárias, cíveis, comerciais e administrativas, decorrentes de atos e fatos ocorridos até a data da privatização e que forem reclamados contra o BERJ, o Novo Controlador, ou seus sucessores, salvo se referidas contingências estiverem suficientemente provisionadas no balanço de fechamento de 03 de novembro de 2011, ou seja, se tais provisões forem suficientes para suportar os futuros e respectivos pagamentos destas contingências.

15) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões fiscais (Nota 14b).....	649.720	440.298
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar.....	297.018	684.967
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 24c).....	255.222	52.465
Impostos e contribuições a recolher.....	36.920	6.903
Total.....	1.238.880	1.184.633

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões para passivos contingentes (Nota 14b).....	98.264	95.351
Outras obrigações (1).....	24.699	21.853
Diversos.....	5.607	5.167
Total.....	128.570	122.371

(1) Inclui: (i) Montante a devolver ao Estado do Rio de Janeiro, de R\$ 10.496 mil (2014 - R\$ 7.557 mil), decorrente de obrigações contidas no Edital de Venda do BERJ; e (ii) Valor a pagar a credores habilitados durante o regime de liquidação deste Banco, de R\$ 8.198 mil (2014 - R\$ 8.502 mil).

16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 52.156.095 mil (2014 - R\$ 52.288.489 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 155.463 ações ordinárias (2014 - 155.463 ações ordinárias).

b) Composição do capital social

	Quantidades de ações		R\$ mil	
	2015	2014	2015	2014
Em 1º de janeiro de 2015.....	155.463	155.463	52.288.489	52.288.489
AGE 31.1.2015 - Cisão parcial para Trenton (1).....	-	-	(132.394)	(132.394)
Em 30 de junho de 2015.....	155.463	155.463	52.156.095	52.156.095
Em 30 de junho de 2014.....	155.463	155.463	52.288.489	52.288.489

(1) Em 31 de janeiro de 2015, foram transferidos imóveis para Trenton Empreendimentos e Participações Ltda., mediante cisão parcial no patrimônio do Bradesco BERJ, com versão da parcela cindida à citada empresa. A cisão do acervo dos imóveis acarretou uma redução do patrimônio líquido do BERJ no montante de R\$ 132.394 mil, mediante redução do seu capital social, passando de R\$ 52.288.489 mil para R\$ 52.156.095 mil, sem cancelamento de ações representativas do seu capital social.

c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros.....	863.138	615.237
- Legal (1).....	183.812	40.343
- Estatutária (2).....	679.326	574.894

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutária, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

I - Demonstrativo dos dividendos relativo aos semestres findos em 30 de junho, estão demonstrados a seguir:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido do semestre.....	952.428	1.760.368
(-) Absorção do prejuízo acumulado.....	-	(953.500)
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(47.621)	(40.343)
Base de cálculo ajustada.....	904.807	766.525
Dividendos propostos.....	226.202	191.631
Percentual em relação à base de cálculo ajustada	25%	25%
Valor em Reais por ação.....	1.455,02	1.232,65

II - Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em reunião da Diretoria realizada em 27 de fevereiro de 2015 foi deliberado o pagamento aos acionistas de dividendos no valor de R\$ 1.940.000 mil, pagos em 3 de março de 2015, deduzidos da conta de "Reserva de Lucros - Estatutária".

17) DESPESAS DE PESSOAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Benefícios.....	3.017	2.518
Proventos.....	2.337	2.094
Encargos sociais.....	653	642
Participação dos empregados no lucro.....	223	222
Outras.....	26	53
Total.....	6.256	5.529

18) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Serviços técnicos especializados.....	3.816	1.691
Condomínios.....	1.126	1.187
Serviços de terceiros.....	624	695
Manutenção e conservação de bens.....	386	636
Sistema financeiro.....	379	337
Aluguéis.....	256	259
Propaganda, publicidade e publicações.....	203	262
Depreciações.....	88	476
Comunicações.....	67	47
Processamento de dados.....	22	18
Transportes.....	14	23
Viagem no país.....	12	45
Materiais, energia e outros.....	7	24
Outros.....	170	401
Total.....	7.170	6.101

19) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Contribuição à COFINS.....	101.076	123.423
Contribuição ao PIS.....	16.425	20.056
Despesas com impostos - IPTU.....	1.922	1.491
Impostos e taxas.....	419	571
Total.....	119.842	145.541

20) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Outras rendas operacionais (1).....	63.871	43.850
Recuperação de encargos e despesas.....	5.311	2.014
Reversão de provisão operacional.....	1.296	935
Outros.....	-	559
Total.....	70.478	47.358

(1) Refere-se substancialmente à atualização da TR + 0,5% a.m. sobre os precatórios a receber das parcelas bloqueadas e IPCA-E mais juros de 6% a.a. sobre as parcelas vincendas.

21) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Provisão fiscais (1).....	28.704	-
Outras despesas financeiras (2).....	55.021	19.076
Patrocínio de caráter cultural.....	1.832	9.753
Outras.....	585	1.687
Total.....	86.142	30.516

(1) Refere-se à provisão para perdas de ativos fiscais de realização duvidosa; e

(2) Em 2015, incluir R\$ 24.684 mil referente a atualização Selic sobre cota única do ajuste anual de IRPJ e CSLL.

22) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Reversão de provisões não operacionais (1).....	49.196	2.973
Resultado na baixa de valores e bens.....	9.000	5.039
Rendas de aluguéis a receber.....	2.209	7.639
Outras.....	(950)	(1.007)
Total.....	59.455	14.644

(1) Inclui a reversão de provisão para desvalorização de 57 imóveis não de uso transferidos para a empresa Trenton Empreendimentos e Participações Ltda., no valor de R\$ 44.537 mil.

23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador (Banco Bradesco Cartões S.A.), controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), empresas controladas e coligadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2015	2014	2015	2014
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Banco Bradesco S.A.	45.122.441	43.615.832	2.647.231	2.434.036
Aplicações no mercado aberto				
Banco Bradesco S.A.	573.590	1.413.362	24.986	26.600
Captações em depósitos interfinanceiros				
Banco Bradesco S.A.	-	(1.754.348)	(1.855.427)	(18.764)
Obrigações por operações compromissadas				
Banco Bradesco S.A.	(22.388.035)	(18.599.637)	(1.272.696)	(935.525)
Aluguéis a receber				
Banco Bradesco S.A.	-	-	1.159	3.240
Bradesco Corretora de Títulos e Valores				
Mobiliários.....	-	-	71	214
BRAM - Bradesco Asset Management S.A.	-	-	71	214
Banco Bradesco BBI S.A.	-	-	167	516
Dividendos a receber				
BEC DTVM Ltda.	14	11	-	-
Marselha Holdings Ltda.	-	1	-	-
Serel Participações em Imóveis S.A.	18.171	18.171	-	-
Dividendos a pagar				
Banco Bradesco Cartões S.A.	(873.109)	(191.631)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser pago aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

Para 2015, foi determinado o valor máximo de R

...continuação



Bradesco
Berj

Banco Bradesco BERJ S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.147.315/0001-15

Sede: Praça Pio X, nº 118, 6º Andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Benefícios pós-emprego

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Planos de previdência complementar de contribuição definida	2.583	2.100
Total	2.583	2.100

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

24) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.561.576	2.918.117
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente ..	(624.630)	(1.167.247)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	4.453	5.340
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(1.702)	(4.955)
Outros valores	12.731	9.113
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(609.148)	(1.157.749)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(554.353)	(863.987)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no semestre, sobre adições temporárias	1.827	72.672
Utilização de saldos iniciais de:		
Prejuízo fiscal e base negativa	(56.622)	(366.434)
Total dos impostos diferidos	(54.795)	(293.762)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(609.148)	(1.157.749)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	31.12.2014	Constituição	Realização	30.6.2015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.139	88	489	7.738
Provisões cíveis	38.469	151	160	38.460
Provisões fiscais	254.551	23.602	307	277.846
Provisões trabalhistas	858	9	21	846
Ajuste valor de mercado dos títulos para negociação	1.392	-	1.392	-
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	15.746	-	-	15.746
Provisão para desvalorização de bens não de uso	59.557	46	19.684	39.919
Outras provisões	32.293	-	16	32.277
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	411.005	23.896	22.069	412.832
Prejuízo fiscal e base negativa	119.843	-	56.622	63.221
Subtotal	530.848	23.896	78.691	476.053
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	41.379	-	41.379	-
Total dos créditos tributários (Nota 8)	572.227	23.896	120.070	476.053
Obrigações fiscais diferidas (Nota 15a)	62.931	204.421	12.130	255.222
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	509.296	(180.525)	107.940	220.831

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2015 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2015	52.081	31.148	10.972	52.249	146.450
2016	96.049	57.503	-	-	153.552
2017	105.339	62.927	-	-	168.266
2018	4.835	2.950	-	-	7.785
Total	258.304	154.528	10.972	52.249	476.053

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos, tributários monta a R\$ 455.669 mil (2014 - R\$ 826.004 mil) sendo R\$ 393.067 mil (2014 - R\$ 320.643 mil) de diferenças temporárias e R\$ 62.602 mil (2014 - R\$ 505.361 mil) de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Todos os créditos tributários do BERJ foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 255.222 mil (2014 - R\$ 62.931 mil) relativo a ganho de capital R\$ 19.369 mil (2014 - R\$ 31.269 mil), ajuste a valor de mercado R\$ 190.074 mil e atualização monetária de depósitos judiciais PIS e COFINS R\$ 45.779 mil (2014 - R\$ 31.662 mil).

25) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

O BERJ, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Gerenciamento de capital

Em função de estar inserido no processo de gerenciamento de capital adotado pela Organização Bradesco que se utiliza de seus conglomerados financeiro e econômico financeiro do Bacen, o BERJ não dispõe de processo individual para adequação do Patrimônio de Referência.

c) Benefícios a empregados

O BERJ é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo).

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

As contribuições dos funcionários do BERJ são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do BERJ passaram de 4% para 5%, desde outubro de 2014, quando houve a reformulação do plano.

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante o semestre totalizou R\$ 2.617 mil (2014 - R\$ 2.143 mil).

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
 - Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
 - Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
 - Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 - Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
 - Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
 - Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
 - Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).
- Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacam os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

Em 1º de janeiro de 2015, para os não optantes, a Lei nº 12.973/2014 entrou em vigor, encerrando o período do Regime Tributário de Transição (RTT) e entrando em vigor um novo regime de tributação no Brasil. Dentre outros assuntos, a referida Lei revogou o RTT, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis, introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais e alterou a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

Em 20 de janeiro de 2015, foi publicada a Lei nº 13.097/15, que converteu a Medida Provisória nº 656/14. Dentre outros assuntos, essa Lei altera os valores dos limites para fins de dedutibilidade de perdas no recebimento de créditos para contratos inadimplidos a partir de 8 de outubro de 2014 (artigo 9º da Lei nº 9.430/96), sendo que para o estoque até 7 de outubro de 2014, ficam mantidos os valores limites atuais.

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. O BERJ aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

f) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2015.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – 1SP199295/O-5 S - RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do

Banco Bradesco BERJ S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco BERJ S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco BERJ S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição para o semestre findo em 30 de junho de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de julho de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

PRIMEIRO SEMESTRE

Fusões e aquisições apresentam forte recuo

Segundo a Andima, operações somaram R\$ 18,2 bi, queda de 74% ante igual período de 2014. Foram realizados 35 negócios, recuo de 45,3%

DA AGÊNCIA ESTADO

As operações de fusões e aquisições (M&A, na sigla em inglês), ofertas públicas de aquisições de ações (OPAs) e reestruturações societárias somaram R\$ 18,2 bilhões no primeiro semestre do ano, o que representa queda de 74%

em relação ao igual período do ano passado, de acordo com dados divulgados nesta quinta-feira pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). A entidade destaca que esse é o menor valor para um primeiro semestre nos últimos seis anos.

Em número de operações, ficou ao todo 35 no período, recuo de 43,5% na mesma base de comparação.

As duas maiores operações do semestre, destaca a Anbima em boletim, foram a venda da Moy Park Europe pela Marfrig à JBS, por R\$ 4,6 bilhões, e a fusão da Santander Asset

Management Brasil com a Pioneer, controlada pela Unicredit, por R\$ 2,3 bilhões. A entidade frisa que as demais operações do período foram menores que R\$ 1 bilhão.

Ainda no boletim, a Anbima afirma que aquisições de empresas brasileiras por estrangeiras consideraram a

43,2% do volume total alcançado no período. Além disso, os fundos de private equity estiveram presentes em 14 das 35 operações no semestre, representando R\$ 5,5 bilhões. "Embora em termos absolutos tenha ocorrido uma redução no número de operações com a participa-

ção de fundos – reflexo direto do desaquecimento dos anúncios no período –, em termos relativos o envolvimento dos fundos cresceu neste primeiro semestre de 2015 em relação a igual período do ano anterior, passando de 35,5% para 40% do total", destaca a entidade.